

Deltan recebeu ajuda de dentro do CNMP sobre caso do PowerPoint

Além de relações duvidosas com juízes, o procurador Deltan Dallagnol também tinha um aliado no Conselho Nacional do Ministério Público. É o que indicam os novos diálogos enviados pela defesa do ex-presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Dallagnol tinha proximidade com membro do CNMP
Fernando Frazão/Agência Brasil

Em 26 de setembro de 2016, 11 dias depois de Lula entrar com um pedido de providências no CNMP contra Dallagnol pela conhecida coletiva do PowerPoint, o então chefe da "lava jato" em Curitiba buscou ajuda de uma pessoa identificada apenas como "Silvio". Ao que indica a conversa, Silvio estava para assumir um cargo no CNMP.

"Grande Silvio, o pedido de providências de Lula cita bastante a recomendação n 39, de agosto de 2016. Contudo, ela não está disponível na página do cnmp, em pesquisa, mesmo quando pesquiso simplesmente as recomendações (ela não aparece na lista). Como posso checar se ela foi mesmo publicada e seu teor? Vc pode dar uma mão please?", disse Dallagnol. A **ConJur** manteve abreviações e eventuais erros de digitação e ortografia presentes nas mensagens.

"Xá comigo, amanhã está o texto em suas mãos. A questão é que essa recomendação recebeu embargos de declaração pela ANPR [Associação Nacional de Procuradores da República] e, provavelmente, o julgamento prosseguirá amanhã. É por isso que não publicamos", respondeu Silvio.

Em 30 de setembro, Silvio conta para Dallagnol a repercussão do PowerPoint dentro do CNMP. "Outra coisa: a repercussão junto aos Conselheiros foi muito boa! Foi aquilo que lhe disse: apoiam o trabalho mas não vão deixar de comentar a questão da entrevista."

Dallagnol responde: "Hummmm obrigado Silvio. Se o tom for de crítica ou censura será ruim para a LJ ['lava jato']".

Lula

Em 16 de março de 2017, uma nova conversa. Na ocasião, o pedido de providências aberto contra



Dallagnol ainda não havia sido julgado. O caso só foi apreciado pelo CNMP em agosto de 2020, quando o Conselho [decidiu não abrir processo administrativo disciplinar](#) por considerar que prescreveram quaisquer possíveis penas contra o procurador. O julgamento foi adiado 42 vezes.

"Meu irmão, minha total e irrestrita solidariedade a você. Eu sou combatente seu e vou ajudar-lhe no que estiver ao meu alcance! Fé em Deus!", disse Silvio a Dallagnol.

O procurador diz: "Valeu irmanito! Vc se refere à ação do Lula?". "Sim, mano", responde o conselheiro.

Rcl 43.007

Autores: Redação ConJur